

PESCADORES, ILHÉUS E RIBEIRINHOS DO RIO PARANÁ NA IMPRENSA E NA HISTORIOGRAFIA (1983 A 2005): RESISTÊNCIA AO RIGOR DA LEI AMBIENTAL NA NARRATIVA DAS MORADORAS DA ILHA MUTUM DE PORTO RICO-PR

Vitória Ribeiro Sabino. Unespar/*Campus de Paranavaí*,
Maurílio Rompatto. Unespar/*Campus de Paranavaí*,

Introdução

A ilha Mutum, localizada no município de Porto Rico, é uma das poucas ilhas que restam habitadas naquela extensão do rio Paraná. Até a década de 1990 a maioria delas era bastante habitada, chegando a ter em torno de 490 famílias entre pequenos agricultores e pescadores artesanais morando nas ilhas circundantes naquela extensão do rio. A partir das décadas de 1980 e de 1990 as populações ilhoas e ribeirinhas tiveram que sobreviver às recorrentes enchentes do Rio Paraná e de seus afluentes, sobretudo após a construção de hidrelétricas como a de Itaipu e de Porto Primavera. Além disso, as barragens alteraram o regime de cheia do rio Paraná diminuindo drasticamente a reprodução de peixes em prejuízo dos pescadores que moravam nas ilhas e viviam da pesca naquela extensão do rio entre as duas usinas.

Somados a esses problemas, os ilhéus e ribeirinhos tiveram ainda que resistir à política ambiental adotada pelo governo federal a partir de 2000. Com a implantação da Lei Ambiental nº 9.985 de 18 de julho de 2000 as ilhas e regiões ribeirinhas se tornaram Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do rio Paraná (APAIV), ficando os ilhéus e ribeirinhos proibidos de ocupar e cultivar as terras de várzeas numa faixa de até 500 metros das margens dos rios. Essas são algumas das contradições que foram promovidas pela modernidade representadas pelas usinas e pela Lei ambiental na região, assunto deste trabalho de comunicação, com destaque para as narrativas das moradoras da Ilha Mutum de Porto Rico.

Materiais e Métodos

O presente trabalho é resultado de pesquisa de iniciação científica sobre matérias jornalísticas acerca da resistência de ilhéus e ribeirinhos do Rio

Paraná diante do rigor da Lei Ambiental com destaque para as narrativas de resistência das mulheres pescadoras e ilhoas encontradas em matérias do gênero entrevistas jornalísticas, sobretudo no documentário: “Ilha Mutum: a história dos pescadores sem rio”, do jornalista Fábio Cavazotti, publicado pelo Youtube em 2017.

Resultados e Discussões

Além de ocasionar danos às populações ribeirinhas atingidas pela grande dimensão do lago, a Hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta provocou diversos outros impactos ambientais às populações ilhoas que vivem abaixo da usina, nos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. Sua construção alterou o regime de cheia do rio Paraná diminuindo drasticamente a reprodução de peixes de valor comercial aos pescadores profissionais da região.

Dentre os habitantes atingidos, destaca-se o caso de Dinha e Alvino Pereira de Souza, moradores de Porto Rico que, ao serem entrevistados para o documentário de Fabio Cavazotti (2017), disseram que pescavam juntos desde que se casaram. Em uma das pescarias que foi gravada para o referido documentário, o casal Dinha e Alvino armou dez redes no Rio Paraná num final de tarde e, na madrugada do dia seguinte, foram juntos verificar se havia peixe. “Porque se demorar” - disse Alvino: “as piranhas atacam e não deixa nenhum. Fica só a espinha” [Risos]. Ao retirar as dez redes do rio, o casal se deparou com a pesca de apenas sete unidades destacando entre elas, cinco “abotoados”, um “pintado” e uma “piapara”, sobressaindo-se em quantidade o abotoado, uma espécie de peixe que não precisa do regime de cheia do rio para se reproduzir, mas que, por outro lado, alcança menor valor comercial em relação às demais espécies. Segundo o casal, a pescaria com as dez redes não compensou as despesas do barco. Nas palavras de Dinha: “tudo aqui, o dinheiro do peixe não paga o óleo”. Mas, em outras épocas “as 10 redes seriam suficientes para pegar 30 kg de peixe”, lamentou (DINHA & ALVINO, 2006. *Apud*: CAVAZOTTI, 2017).

Além do impacto da barragem da usina para a reprodução de peixes, o casal disse que em 16 de maio de 2002 “veio uma ordem judicial da juíza Elizabeth Khater, estipulando um prazo de três anos para os moradores deixarem a ilha” -

disse Alvino, o marido da Dinha. Ficou estabelecido que não podiam plantar mais na ilha. E de que se não deixassem a ilha no prazo estipulado, a multa seria na ordem de R\$ 5.000,00 reais (Cinco Mil Reais).

Em sua residência de número 792, rua tal, cidade de Porto Rico, mora o casal de pescadores, Maria e Abelino que, antes, moravam na Ilha Mutum; depois de forçado a deixar o rio por conta da escassez de peixes e da Lei Ambiental, o casal se viu empurrado para a periferia da cidade de Porto Rico, onde vive atualmente da coleta de recicláveis. Ao ser perguntada pelo jornalista se gostava mais de morar na ilha ou na cidade, dona Maria respondeu: “mil vezes lá na ilha!” O que a senhora fazia lá, Dona Maria? – Eu pescava, cuidava de minha casa, ajudava plantar, plantava horta!” Seu Abelino diz: “ela gostava de pescar, não tinha medo de nada! Podia estar frio, que chegava alguém pedindo isca que ela já estava na lida, ia lá e pegava a isca” concluiu o morador. Maria comentou que não pesca mais porque não tem mais peixe no rio. Mas, antes da construção da barragem de Primavera tinha muito, “era comum ter peixes como pintando nas lagoas das margens do rio; mas, quando fechou a represa lá encima (*sic*), secou as lagoas e o peixinhos [alevinos] morreram todos, não havendo mais reprodução. Isso sim é um crime ambiental!” (MARIA & ABELINO, 2005. *Apud*: CAVAZOTTI, 2017).

Outra narrativa vem da ilhoa Marta: “Eu bem dizer fui nascida e criada na ilha [Mutum] e depois fui pra cidade, onde casei e voltei pra ilha. Até cinco anos atrás eu estava na ilha, ainda. E depois que fez aqui (referindo-se a Vila Rural Três Ranchos para onde sua família foi removida por força da Lei Ambiental). Aí depois não voltei mais”. Ao ser perguntada pelo jornalista se gostava de morar na vila rural, respondeu que não, disse: “aqui parece que a gente está numa prisão” (MARTA, 2005. *Apud*: CAVAZOTTI, 2005). Diferentemente de Marta, Dona Sebastiana resistiu à Lei Ambiental e continuou morando na Ilha Mutum, mesmo não podendo cultivar a terra.

Agora está ruim porque a gente não pode plantar, não tem uma vaca para tirar leite, hoje se a gente quer tomar leite tem que comprar. Mas, pra mim eu gosto da roça, porque eu fui criada na roça, trabalhando. Sou mulher que gosta de trabalhar. E antes de acontecer esse fracasso, essas ilhas eram cheias de gente. Era uma cidade essas ilhas de tanta gente que tinha, e tudo tinha o que comer e tudo tinha

o que beber. Hoje você chega numa casa está chorando, chega noutra está sofrendo, mas de primeiro não tinha isso. Muita gente foi embora. Outros vai embora..., como esses... que vão pra Porto Rico, pra esses lugares assim, vai embora, mas daqui um pouco estão querendo voltar tudo pra ilha, porque está pior dos que os que estão nas ilhas! Conforto pra lá também não está achando, emprego, porque na cidade tem muita gente de boa leitura que não está achando emprego, o que dirá esse povo que está nas ilhas, o que eles vão achar? Vai achar é fome, sofrimento. Eu fico aqui dentro d'água, mas não vou. Vou passar fome, passar vergonha, vou pedir, não vou não. De jeito nenhum, nem que eu morra aqui, ou que me joguem dentro dessa água aí, está tudo bom, bicho come, peixe come pra lá. Já que não tem valor, deixa os bichos comer (SEBASTIANA. 2005. *Apud*: CAVAZZOTI, 2005).

A professora aposentada Sara Pereira, filha do pescador Otávio Pereira e moradora de Porto Rico, ao ser entrevistada junto com sua mãe, Cléa Ribeiro da Paixão Candido, pelo acadêmico Denilton Gabriel Ambrósio da Rocha, em 24 de março de 2022 para seu projeto de pesquisa de mestrado disse que, na época da implantação da Lei Ambiental, no início dos anos 2000, houve muita pressão dos órgãos ambientais pela saída dos ilhéus:

Teve muita pressão, muita pressão mesmo, de ilhéu ver o barco ambiental chegar e se esconder no mato para não apanhar, porque naquela época qualquer coisa que o ilhéu falasse, eles usavam como desacato [...]. O ilhéu tinha que sair quietinho e não podia reclamar se não ele era acusado de desacato, então teve muita pressão mesmo. Eles já vinham preparados e o ilhéu não tinha conhecimentos dos direitos né e não tinha quem amparasse né, que desse apoio [...]. Por último, quando o povo estava todo espalhado aí que meu pai montou uma associação e aí com a ajuda desse *menino do filme*, aí ele começou a falar que tinha lei, que não podia acontecer dessa forma [...] (CLÉA; SARA, 2022).

O “menino do filme” do qual fala a professora Sara é o jornalista Fábio Cavazotti que, ao gravar as entrevistas para seu documentário: “*Ilha Mutum – a história dos pescadores sem rio*” orientou os entrevistados, os pescadores e agricultores, moradores das ilhas do município de Porto Rico de que, apesar da força da Lei Ambiental, eles tinham direitos sobre as terras das ilhas que ocupavam na qualidade de população tradicional.

Considerações Finais

Com isso, os ilhéus se mobilizaram pelo direito de permanecerem nas ilhas e organizaram a Associação de Lavradores e de Pescadores de Porto Rico, como instrumento legal de luta e de resistência. Em 22 de outubro de 2004, os moradores das ilhas, por meio da Associação presidida pelo senhor Otávio Pereira Candido, de Porto Rico, assinaram um documento de abaixo-assinado com uma nota de repúdio ao Procurador da República de Maringá pedindo providências no sentido de impedir as autoridades da Comarca de Loanda de continuarem expulsando os moradores das ilhas. O mesmo manifesto ocorreu em outras regiões do país. Como resultado dessa resistência, em 28 de março de 2006, o Ministério do Meio Ambiente baixou a Resolução nº 369 que possibilita a permanência das populações tradicionais nas ilhas e em áreas ribeirinhas desde que essa permanência seja de interesse social, com baixo impacto ambiental.

Referências

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Lei Ambiental nº 9.985**. Poder Executivo. Brasília-DF, 18 de julho de 2000.

CÂNDIDO, Cléa Ribeiro da Paixão; PEREIRA, Sara. **Entrevista realizada por Denilton Gabriel Ambrósio da Rocha**. Porto Rico-PR, 24 de março de 2022.

CAVAZZOTI, Fábio. **Ilha Mutum: a história dos pescadores sem rio**. *YouTube*, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u2pXF50YHoM>